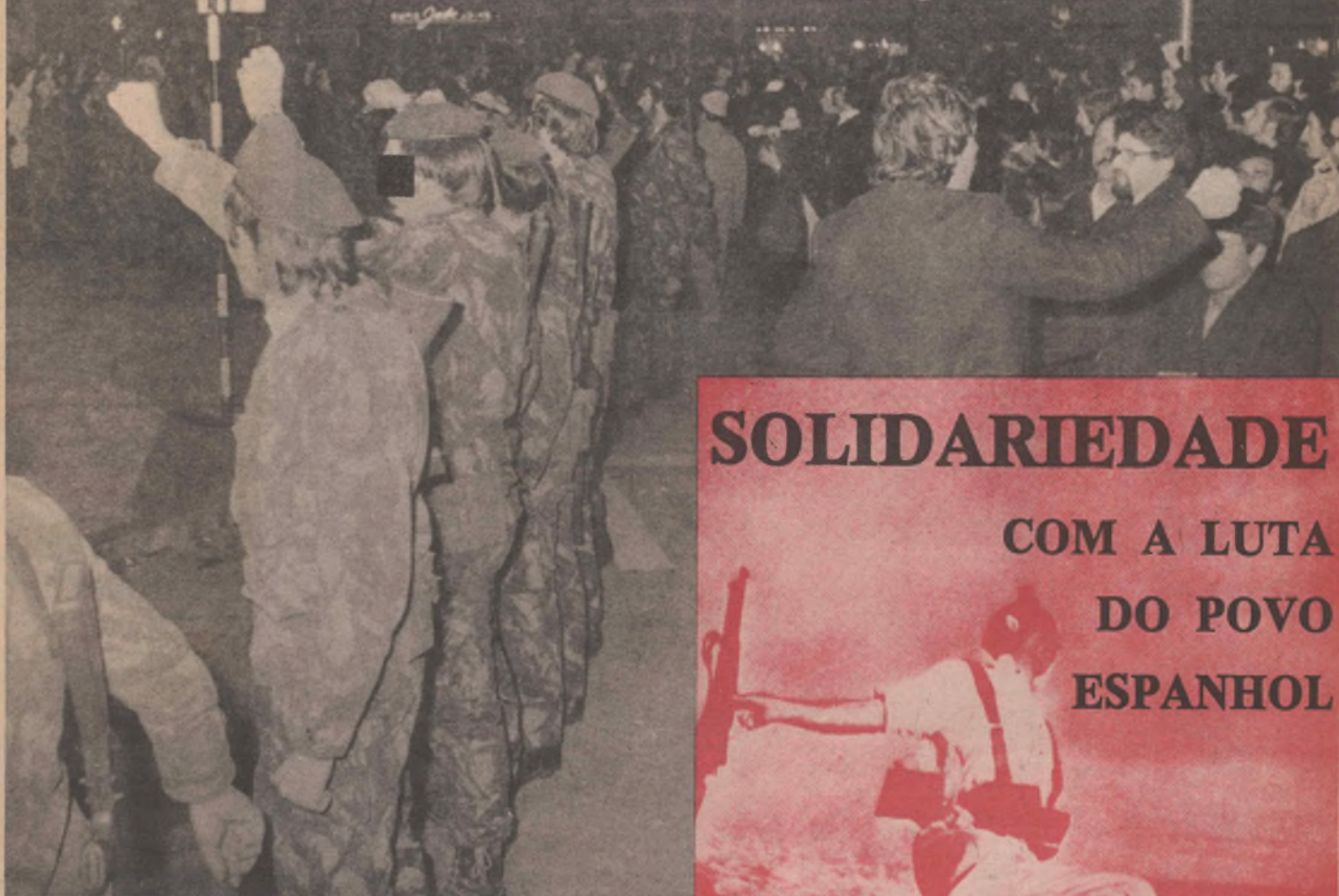


Revolução

SOLDADOS, OPERÁRIOS REVOLUCIONÁRIOS A MESMA LUTA



SOLIDARIEDADE

COM A LUTA

DO POVO

ESPAÑHOL



... E NINGUÉM PODE TAMBÉM APAGAR A IMAGEM DE TODOS OS SOLDADOS QUE EM FRENTE DO MINISTÉRIO DO TRABALHO VOLTARAM AS ARMAS PARA O CHÃO, PUSERAM-SE DE FRENTE PARA O MINISTÉRIO, ERGUERAM O PUNHO, DISSERAM "VIVA A CLASSE OPERÁRIA"...

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO • BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

OCUPAÇÃO DA GEL-MAR

REVOLUÇÃO: Chegou ao nosso conhecimento que os operários da Gel-Mar iniciaram um movimento relacionado com questões de saneamento. Quais foram as razões concretas que determinaram essa tomada de posição?

RESPOSTA — Foi saneado superiormente um indivíduo denominado João Henrique Neto por ter colaborado com o fascismo, perante esta situação e porque existiam, na empresa outros indivíduos que pelas atitudes ditatoriais que assumiram durante a vigência do regime fascista, sempre com ele se identificaram os trabalhadores da Gel-Mar, particularmente os operários, resolveram em Assembleia Geral dos trabalhadores levar a efeito medidas efectivas de saneamento abrangendo todos os antigos fascistas.

REVOLUÇÃO: Quais os resultados concretos alcançados?

RESPOSTA — Além do despedimento, saneámos mais dois cujos nomes são Norberto Joaquim Franco Ferreira e Maria Eduardo Lopes Lisboa que se encontram presentemente em situação de suspensos até termos arranjado provas da sua culpabilidade de maneira a evitar que venham a beneficiar de qualquer indemnização.

De qualquer maneira, acrescentou outro trabalhador, eles não tornam a entrar aqui nem que para tanto seja necessário

"derramar sangue". Além destes dois propomos ainda o saneamento de vários outros, cujos nomes não indicamos agora por estarem em curso averiguações no sentido de compilarmos as provas necessárias ao seu total afastamento da empresa.

REVOLUÇÃO: Quais as razões concretas que estiveram na base da vossa tomada de posição?

RESPOSTA — Despedimentos sem justa causa, abusos do poder, atitudes de ditador etc.

REVOLUÇÃO: O movimento é única e exclusivamente de saneamento ou tem qualquer carácter reivindicativo?

RESPOSTA — Exclusivamente de saneamento no momento presente, salvaguardando evidentemente outras posições que possamos assumir no futuro, na medida em que exigimos desde já a estabilidade do trabalho, neste momento comprometida em virtude duma proclamada situação caótica proveniente de dificuldades financeiras.

REVOLUÇÃO: Onde vem essa situação caótica?

RESPOSTA — A existir ela deve-se fundamentalmente ao facto da administração da empresa ter mantido o actual volume de comercialização sem nunca se preocupar em fazê-la evoluir no sentido de obter progressos tangíveis.

E ainda, acrescentou outro trabalhador, pelo facto de ter havido

desvios de fundos cuja importância desconhecemos.

REVOLUÇÃO: Quais os sectores de trabalhadores que aderiram ao movimento?

RESPOSTA — Todos, excepto o escritório.

REVOLUÇÃO: Quais foram as razões que levaram os empregados de escritório a sabotar a posição dos operários?

RESPOSTA — Fundamentalmente foi uma posição determinada por diferença de classes. Efectivamente durante a Assembleia Geral de trabalhadores os empregados de escritório, abandonaram a sala e foram realizar uma reunião à parte que culminou na apresentação duma proposta tendente à nomeação de um delegado do pessoal cujo saneamento propomos, porquanto se trata dum indivíduo que aqui dentro sempre foi um ditador.

REVOLUÇÃO: Qual a vossa forma de organização?

RESPOSTA — A nossa forma de organização é absolutamente autónoma sem que permitamos interferência de qualquer partido. Outro trabalhador atalhou "doa a quem doar".

REVOLUÇÃO: Até onde estão decididos a ir?

RESPOSTA — Estamos decididos a ir até ao fim e para tanto, contamos confiadamente no apoio que nos é prestado pelos delegados do Estado.

REVOLUÇÃO: E se esse apoio faltar?

RESPOSTA — Estamos certos que este apoio não nos faltará, mas se se verificar o contrário não hesitaremos em tomar as medidas necessárias para fazer triunfar o nosso movimento.

REVOLUÇÃO: Como foi formada a vossa comissão?

RESPOSTA — Em Assembleia Geral de Trabalhadores em que todos nos mantivemos unidos como os dedos da mão com exclusão dos administrativos que nos consideram como seres inferiores e que de um modo geral, não nos passam cartão.

REVOLUÇÃO: Estão em greve ou o trabalho continua normalmente?

RESPOSTA — O trabalho funciona em ritmo normal, asseguramos a produção e a comercialização de produtos e não temos dúvidas que esta posição é a que melhor se adapta aos interesses da classe.

REVOLUÇÃO: Qual é essencialmente o vosso ramo de actividade?

RESPOSTA — Congelação de peixe repartindo-se os diversos operários nas seguintes modalidades: choferes, ajudantes, trabalho de serra, etc.

REVOLUÇÃO: Todo este pessoal aderiu ao movimento?

RESPOSTA — Houve excepções da parte dos privilegiados, tal como encarregados etc.

REVOLUÇÃO: Que conceito tinha a direcção da Gel-Mar acerca do vosso espírito de classe?

RESPOSTA — A direcção dizia que "OS POBRES NÃO PRECISAVAM DE DINHEIRO PORQUE ESTAVAM HABITUADOS A VIVER NA MISÉRIA".

REVOLUÇÃO: Qual foi a vossa resposta a essa afirmação?

RESPOSTA — Resposta rápida de um trabalhador: perante situações dessa natureza a resposta que podemos dar: "É SÓ A TIRO".

entrevista conduzida pelo núcleo do jornal do "comité" de Olhão do PRP-BR.

ITT — RABOR

Lançar uma luta contra a ITT não é brincadeira nenhuma. Há uma experiência internacional que é o Chile. Mas iremos até às últimas consequências. Estamos interessados em correr não só com a ITT mas com todos os monopólios no contexto da nossa luta que é a Rabor.

Estas palavras foram-nos ditas por um dos elementos da Comissão de Iniciativa dos Trabalhadores da fábrica de Ovar pertencente àquela famigerada multinacional. Tal Comissão, composta por cerca de trinta elementos, divulgou no fim do mês passado as conclusões de um seu relatório segundo as quais a empresa tem sido mal gerida desde que foi adquirida pelo grupo ITT.

Assim, denunciava diversas manobras graves que poderão enquadrar-se numa tentativa de sabotagem económica claramente lesiva dos interesses dos 550 trabalhadores da fábrica e dos interesses portugueses. Na sequência de declarações afrontosas a um diário feitas por um administrador, os trabalhadores, vigilantes, tornaram a reagir e, num plenário do passado dia 7, decidiram ocupar a fábrica a fim de evitar a entrada dos administradores e

pedir ao governo uma intervenção imediata que deverá ir até à nacionalização da ITT-RABOR.

Como surgiu a vossa Comissão de Iniciativa dos Trabalhadores?

Surgiu espontaneamente após uma tomada de consciência dos problemas. Há uma denúncia que nós fazemos. Um plenário dos trabalhadores, convocado com apenas uma hora de antecedência e que registou 415 presenças, ratificou a nossa Comissão. Integra pessoas das mais variadas correntes políticas. Existe plena unidade. Note-se porém que a fábrica continua em laboração mas que não é esta Comissão que a administra...

Quantos sindicatos existem aqui na empresa e quais os apoios que já tiveram?

Existem uns catorze sindicatos... Mas a nossa luta é independente, autónoma, não partidária. Os sindicatos, ainda assim, têm-nos apoiado. É uma luta dos trabalhadores. O nosso interesse é dar-lhes a maior autonomia possível embora sem esquecer que haverá negociações com o governo.

Que forma orgânica deverá tomar a nacionalização que pedem?

Isso tem de ser discutido entre nós e o governo. Só podemos dizer que a Comissão tem planos definidos a curto, médio e longo prazo quanto a medidas a tomar caso a nacionalização se efectue. Do ponto de vista da Comissão de Iniciativa dos Trabalhadores, o que vamos fazer na Rabor será o que os trabalhadores quiserem que se faça.

Sedes

LISBOA — Rua do Arco do Carvalho, n.º 1, 5.º-DI.
Tel. Jornal "Revolução" 682323
Contacto Partido: 680960

PORTO — Rotunda da Boavista, n.º 76, 3.º-Esq.
Tel. 695080

ÉVORA — Largo do Chão das Covas, 21
Tel. 24998

ALGÉS — Rua Victor Duarte Pedroso, n.º 15
— Algés de Cima

OLHÃO — Rua 18 de Junho, 64 D e C

COVA DA PIEDADE — Estrada Nacional 10, n.º 6

MARINHA GRANDE — Av. 1.º de Maio, 35-37

Porta-Voz do PARTIDO
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO
BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS



Revolução

SITUAÇÃO POLÍTICA EM ESPANHA

Para ter acesso a uma análise da actual situação política espanhola, é preciso antes de mais passar em revista os últimos acontecimentos que se têm desenrolado dentro do contexto das diferentes forças políticas do Estado Espanhol. A figura do fascismo espanhol, encarnado na pessoa de Franco, tem-se deteriorado no decorrer dos últimos anos e só uma posição de força, de repressão violenta contra qualquer manifestação social de oposição ao regime, tem permitido conservar aparentemente a situação oficial.

ALGUNS ANTECEDENTES

Com a morte do almirante Carrero, homem forte do sistema e preparado por Franco para garantir a continuidade e assegurar o projecto de sucessão, desaparece da cena política espanhola a única pessoa capaz de manter o aparelho franquista. Durante os dias que se seguem à execução de Carrero, o Governo Provisório oscila numa forma evidente, excepção feita aos centros nevrálgicos do Exército, Polícia e Guarda Civil, os quais controlam rapidamente a situação. O problema é que Franco já não tem homens de confiança capazes de ocupar o posto. Pela primeira vez na sua trajectória política Franco não previu a possibilidade de enfrentar uma situação assim, sem contar com soluções previamente estudadas. A decisão final recai sobre Arias Navarro, ex-alcaide de Madrid e antigo Director Geral de Segurança, homem por quem Franco sempre experimentou simpatias, com grande capacidade de trabalho e com uma fidelidade absoluta, que em nenhum momento pretende esconder, para com o ditador:

"Não tenho nenhuma filiação política, a não ser a minha lealdade ao Caudillo".

A equipa do Governo do presidente executado tinha sido formada por membros do poderoso Opus Dei, equipa de tecnocratas que tinham conseguido um certo prestígio jogando na aproximação à Europa, mas mantendo o mais completo immobilismo político.

A SITUAÇÃO POLÍTICA EM ESPANHA

Durante os últimos anos anteriores à morte de Carrero, a partir do julgamento de Burgos, verifica-se um progressivo fortalecimento dos grupos de esquerda em todo o território nacional, simultaneamente ao de sectores da classe trabalhadora. Como resposta a isto, o aparelho policial aperfeiçoa-se, recrutam-se homens sem interrupção para os corpos da polícia de choque, sendo os salários cada vez mais elevados; o aumento de desemprego, so-

retudo em zonas rurais, facilita este recrutamento entre as classes económicas mais débeis, as quais vêm nele uma conjuntura favorável à sua situação.

Seguindo o exemplo de alguns países latino-americanos, criam-se grupos de extrema direita de acção para-policial, financiados e dirigidos pelo capital espanhol e multi-nacional, que vê perigar a sua situação privilegiada. Acontece que a criação destes grupos em Espanha não dá os resultados desejados. As suas acções não são normalmente dirigidas contra os militantes de esquerda, os quais evidentemente temem, mas centram-se na destruição sistemática de bibliotecas, editoras, salas de arte, boicote a espectáculos de carácter progressista e ataques generalizados, sobretudo em zonas da periferia da capital, a pequenos grupos operários quando

O Governo opus deista, ocupado na luta pela manutenção do seus privilégios, o que cada dia se torna mais difícil e cuja cobertura política se centra numa teórica aproximação à Europa, está totalmente desinserido da vida pública do país, com a qual se relaciona unicamente através da figura do Presidente. Esta relação é cortada, de um modo imprevisto e total, com a morte de Carrero, ficando a equipa governamental a flutuar sem pés nem cabeça. Este é principalmente o motivo da queda em desgraça do poderoso Opus Dei, já que Franco não perdoa erros deste tipo.

A Democracia Cristã, representante da burguesia espanhola e da alta burguesia, esperou pacientemente a sua oportunidade política e vê chegado o seu momento com o Governo de Arias Navarro.

para o consumo dos stocks armazenados e a inflação inicia a sua subida vertical. Fecham-se pequenas e médias empresas em sucessão encadeada. Reduzem-se ritmos de produção, congelam-se salários, e começam a subir os preços. O sector operário está organizado e forte, está em condições de lutar não só contra o franquismo que não quer ceder mas, o que é mais importante, contra a grande máquina exploradora e repressiva do capital.

E com este panorama político que se enfrenta o novo Governo. Por um lado necessita manter a ortodoxia do franquismo e a situação capitalista, por outro enfrenta-se com uma classe trabalhadora organizada e fortalecida pela crise económica, já não sendo possível conter aquela por meio da tradicional repressão policial; necessita portanto de criar um

pelo menos até à sua morte; a extrema direita que pretende um immobilismo político total, francamente apoiada pelo poder económico do Opus dei, que se não resigna a perder a sua situação; e, finalmente, uma classe proletária organizada e forte, que evolui paralelamente aos grupos de esquerda na clandestinidade, os quais com a sua acção política e militar minam a resistência do Governo, ao mesmo tempo que atraem para si a atenção da polícia, deixando em muitas ocasiões campo aberto para a acção dos trabalhadores.

A primeira medida que o novo Governo toma, é manifestar ao país a resolução de adoptar uma política de franca abertura em relação ao acesso popular aos meios políticos e administrativos da Nação. A sua intenção não deixa margens para dúvidas — trata-se de criar uma estrutura com as condições precisas para assegurar a passagem sistemática e firme da rígida ditadura (que já durou 35 anos) para um sistema de democracia burguesa no qual sejam possíveis a existência de liberdades de imprensa, duma censura literária e cinematográfica menos dura, e de maior capacidade de consumo para as classes populares, encobrindo assim a ostentação do poder político.

Trata-se aqui, naturalmente, duma pretensão utópica nas actuais condições económicas, e o Governo de Arias sabe-o. Além disso, a sua acção está hipotecada pelas pressões de direita e de esquerda, que cada dia são mais fortes. Torna-se assim necessária uma manobra política, não oficial, que lhe permita uma estruturação firme num curto espaço de tempo — o 25 de Abril português sugeriu-lhe uma solução adequada. Assim, enquanto que o Governo trabalha oficialmente à luz do dia, vai-se criando na sombra o que a partir de 30 de Julho de 1974 se chamará "Junta Democrática Espanhola".

A JUNTA DEMOCRÁTICA ESPANHOLA

Esta Junta é representativa de personalidades do actual momento político espanhol, sendo avalizada pelo PCE (Partido Comunista Espanhol) de Santiago Carrillo, o qual é parte integrante da dita Junta e a verdadeira razão de ser e manobra do Governo de Arias. Eis uma parte da declaração da Junta em Paris, em 30 de Julho:

"A transição pacífica da ditadura para a democracia é, não obstante, um processo histórico complexo e delicado. Para o empreender com sérias e fundadas garantias de êxito, não bastam as disposições simpatizantes da imensa maioria do País que, após mais de 35 anos de ditadura, está praticamente

Continua pág. 7



ocasionalmente se manifestam. Isto faz com que um sector da população espanhola, pequena burguesia, que tradicionalmente se havia mantido à margem da cena política, comece a alarmar-se vendo a sua própria segurança em perigo.

Por outro lado, e como resposta a esta agressão, os focos de luta armada fazem a sua aparição nos núcleos de maior força política do território espanhol. Na sua maior parte são grupos débeis e mal organizados que são desfeitos pela máquina policial com uma certa facilidade, mas outros vêm substituir rapidamente o vazio por eles deixado.

O GOVERNO ARIAS NAVARRO

O novo Governo ganha relevo numa situação especialmente difícil. Por uma lado a crise económica internacional afecta profundamente a situação económica espanhola — os países capitalistas da Europa fecham as portas à emigração e às importações do mercado espanhol; a indústria turística oscila e começa a descer rapidamente; a emigração, as exportações e o turismo, únicas fontes de divisas que até ao momento haviam sido o estabilizador da balança de pagamentos, desaparecem quase por completo.

O mercado interno é insuficiente

conteúdo político de que o franquismo careceu, tanto para conter os trabalhadores como para sair do isolamento internacional cada dia maior que, perante a crise económica, pode ser mortal.

Perante esta posição governamental surge uma terceira frente. A ala mais conservadora da direita não está disposta a nenhuma inovação dentro da mais pura ditadura franquista e declara desde o princípio guerra aberta ao Governo Arias.

Existem portanto três frentes bem definidas. Um Governo de Transição para uma democracia burguesa, respeitando sempre mais ou menos as directrizes de Franco,

7 de Fevereiro

MANIFESTAÇÃO CONTRA OS DESPEDIMENTOS

Convocada pelos trabalhadores da Efacec-Inel, a que logo trabalhadores de outras fábricas aderiram, realizou-se a grandiosa manifestação contra o desemprego, com a participação de cerca de 40 000 trabalhadores segundo "A Capital", 80 000 segundo o "Diário de Lisboa". Mal foi tornado público a convocatória desta manifestação, logo se movimentaram os senhores do P.C., desta feita através da União dos Sindicatos do Sul a qual chegou ao descaramento de dizer num seu comunicado, ser a manifestação convocada por "anónimos" e compararam-na à "maioria silenciosa do 28 de Setembro". Ora ao que nos parece, não são as comissões de trabalhadores da Efacec, Cergal, Setenave, Automática de Corroios, Applied, Melka, Gemea, EIP, Xavier de Lima, e ainda delegados sindicais do INE, TAP e o sector



operário Pfizer, etc., "anónimos", mas sim os representantes eleitos dos trabalhadores dessas fábricas, nem tão pouco "maioria silenciosa do 28 de Setembro". Eles são tra-

balhadores que apoiaram os seus representantes em assembleias gerais, na convocatória da manifestação, não necessitando de camionetas para estarem presentes



na manifestação.

Os trabalhadores concentraram-se em três pontos da cidade. Logo à saída da Praça do Comércio, já eram milhares de tra-

balhadores que encheram por completo a Rua Augusta, à qual se juntou a concentração do Rossio seguindo pela Avenida da Liberdade, até ao Marquês de Pombal onde se encontrava a terceira concentração. Ali parados, teve de se travar diálogo com o COPCON que tapava o caminho na avenida Duque de Loulé guardando a embaixada dos Estados Unidos.

Etapa que parecia difícil de passar, mas que os trabalhadores responderam firmemente "P'ra frente".

FORA A NATO! INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Palavra de ordem até à embaixada dos imperialistas, que estava guardada por forças do COPCON e da GNR.

Ai os trabalhadores, conscientes da luta que travavam, souberam responder com a sua organização e a força da sua razão, a toda e qualquer provocação que poderia vir do exterior.

SOLDADOS E MARINHEIROS SÃO FILHOS DO POVO

SOLDADOS E MARINHEIROS TAMBÉM SÃO EXPLORADOS

Foram estas as palavras de ordem que se diziam aquando da chegada ao Ministério do Trabalho. Também os soldados ali presentes, as gritavam de punho erguido. Também eles sentem a exploração, já que são trabalhadores fardados.

GREVE SIM — LOCK OUT NÃO! TRABALHO SIM — DESEMPREGO NÃO! NÃO AO DESEMPREGO! ABAIXO O CAPITALISMO!

Seguiu-se o comício em que intervieram operários de diversas fábricas. Foi notória a denúncia das direcções reformistas, da Intersindical que tinha organizado um carnaval, quando os trabalhadores se debatem com graves problemas como o desemprego. Palavras fortemente aplaudidas, contrariamente ao que foi afirmado em alguns órgãos da imprensa burguesa, e a que todos os trabalhadores ali presentes gritaram:

ABAIXO OS SINDICATOS AMARELOS

Outras palavras de ordem se fizeram ouvir em frente ao Ministério do Trabalho cujas luzes estavam totalmente apagadas.

3300\$00 — SALÁRIO DE FOME
CONTRA OS DESPEDIMENTOS —
UNIÃO DA CLASSE OPERÁRIA
HORAS EXTRAORDINÁRIAS
NÃO —
REDUÇÃO DO HORÁRIO SIM!
VIVA A CLASSE OPERÁRIA

COMUNICADO

A propósito da grandiosa manifestação contra o desemprego, manifestação anticapitalista, que teve a participação activa de dezenas e dezenas de milhares de trabalhadores considera o PRP-BR de salientar:

1 — O número de participantes particularmente significativo se se atender a que, por um lado, eram trabalhadores na sua quase totalidade e, por outro lado, a convocação tardia e as dificuldades de propaganda evitaram que fosse bem mais elevado o número de presentes. De facto não só foram reduzidos os meios de comunicação como ainda, e uma vez mais, o reformismo se valeu da poderosíssima influência que o dinheiro lhe confere para boicotar tal manifestação.

2 — Que jogaram um papel particularmente contra-revolucionário duas entidades: o Governo Civil de Lisboa, que proibiu pura e simplesmente a manifestação, não proibindo contudo, os festejos carnavalescos dos reformistas, e a União dos Sindicatos do Sul, ramo da Intersindical destacado pelo PC para a sabotagem e a desunião.

3 — Ao Governo Civil, à Intersindical e ao PC, responderam os trabalhadores demitindo, de facto, uns e deitando por terra as calúnias e manobras de outros. A disciplina exemplar com que decorreu a manifestação, a permanente prevenção contra qualquer tipo de provocação, bem como o seu vincado carácter de classe, denunciaram, por si só, a infame calúnia que a União dos Sindicatos do Sul utilizou ao pretender comparar esta manifestação à "maioria silenciosa" do 28 de Setembro.

4 — Exemplar foi ainda a manifestação quando, não só soube evitar qualquer hipótese de confronto com os soldados, como proporcionou também uma extraordinária identificação de classe com alguns destes, os quais, de punho erguido, materializaram as palavras de ordem: "Os soldados são filhos do Povo" e "marinheiros e soldados também são explorados".

5 — Esta manifestação foi tanto mais importante quanto, surgiu num momento político crucial e visando um dos problemas que mais afligem os trabalhadores — o desemprego — veio cavar um poço profundo entre aqueles que se dizem do lado dos trabalhadores, para os traírem, e os que de facto, estão do seu lado. Efectivamente, e como referiram os trabalhadores da Setenave, no momento em que a solução para a classe passa pela tomada do poder, o reformismo tenta desmobilizar os trabalhadores com o ópio das festas carnavalescas. Enquanto os revolucionários se preocupam em unir os trabalhadores, os reformistas dividem-nos através de lutas partidárias e lançando calúnias infames sobre os próprios trabalhadores.

6 — O carácter anti-operário do Ministério do Trabalho ficou claro

quando ninguém aí se preocupou com os milhares de trabalhadores presentes. Ao contrário, alguns funcionários apagaram as luzes e deitaram a cabeça de fora dos pisos superiores do Ministério, em gestos de gato escondido com o rabo de fora. Afinal, quem tem medo dos trabalhadores? Ou seria porque a manifestação não tinha sido convocada pela Intersindical, MDP/CDE e ou pelo PC?

7 — Numa altura em que o imperialismo, através do aparelho militar que é a NATO, pretendeu transmitir confiança à burguesia e amedrontar os trabalhadores, estes responderam da melhor e da única forma válida, mostrando que não é a chantagem dos submarinos e porta-aviões que os desviará da sua luta. Enquanto o reformismo recuava (o PC até falava na oferta de recordações aos americanos), os trabalhadores deixaram a esses mesmos americanos a recordação de que em Portugal haverá milhões de homens dispostos a irem até ao fim.

8 — As Comissões de Trabalhadores, organização autónoma da classe, conseguiram desta sua iniciativa, e no momento em que o reformismo se desmascara com carnavais que vêm de longe, uma vitória que pode ser decisiva. Chegou a hora de as Comissões de Trabalhadores se institucionalizarem, se organizarem a nível nacional, se prepararem, como órgão do exercício do poder proletário — a ditadura do proletariado.

9 — As intervenções de trabalhadores na Praça de Londres, bem como as palavras de ordem gritadas ao longo do percurso, foram especialmente ilucidativas acerca de dois pontos: por um lado, que a solução para o desemprego como para os problemas que afectam os trabalhadores terá que ser uma solução política, uma vez que tais problemas existirão enquanto houver capitalismo; por outro lado, que os trabalhadores se mostram capazes de fazer análise política melhor que muitos doutores da política, não tendo, portanto, cabimento o paternalismo daqueles que, pretendendo-se senhores da ciência e do saber, mais não pretendem do que evitar que os trabalhadores tomem verdadeira consciência da sua força e das suas capacidades e se emancipem definitivamente, acabando com todas as formas de exploração e opressão.

- PELA ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA DO PROLETARIADO!
- PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA!
- PELO COMUNISMO

Secretariado Político do PRP-BR

(Partido Revolucionário
do Proletariado
Brigadas Revolucionárias)

8/Fevereiro/75

GRÃO-PARÁ

Os trabalhadores do Grupo Grão-Pará, com tino em luta. A ocupação de todas as unidades mantêm-se e em algumas delas, Algarve e Madeira, os trabalhadores continuam a trabalhar só que quem gere as actividades são eles próprios. Nos outros locais em que não é possível continuar em laboração, a ocupação continua com contactos com as entidades oficiais para tentar sair do impasse.

Estivemos com alguns elementos da comissão de trabalhadores que nos falaram da empresa e das possíveis saídas que existem, que defendam os interesses dos trabalhadores e que se integram no processo político que se vive no país.

Para situar todos estes problemas, a primeira pergunta referia-se exclusivamente à Grão-Pará, o que era a empresa e o processo que originou toda esta situação:

— *A empresa é criada em 1960, mas com o maior reforço em 1962. Começa com terrenos no Brasil, praticamente sem dinheiro, e sempre com uma tendência para manobras especulativas. Vai crescendo e chega ao ponto de ser uma empresa com 200 mil contos e de ter várias empresas associadas: MATUR, INTERHOTEL, AUTODRIL, EDEC, ORPLANOS, SOMOTEL, ROTA DO ATLÂNTICO.*

Essas empresas foram criadas dentro da Grão-Pará de tal maneira que funciona praticamente em circuito fechado, ou seja a Matur e Somotel e a Interhotel, pretendem construir complexos turísticos ou hotéis de luxo e quem, constrói para elas é a Grão-Pará.

O facto da empresa trabalhar em circuito fechado permite-lhe captar capitais através das indústrias hoteleiras, capitais esses que vão aumentando o seu poderio:

Mas isto é uma situação possível por um determinado tipo de economia em que as manobras especulativas acabam sempre por surgir, sem possibilidade de paragem, sem possibilidade de uma fiscalização efectiva.

É também por aí que aparecem os aumentos de capital fraudulentos, através da valorização de terrenos. É o caso de terrenos no Brasil que de repente, e sem saber como, apareciam com o dobro do valor. A valorização desses terrenos permite-lhes aumentar o capital da sociedade, aumento esse que fictício lhes possibilita, no entanto o acesso a créditos bancários.

Mas também o jogo na bolsa, através dos mercados paralelos, fez com que a Grão-Pará se tornasse uma empresa próspera.

Havia poucas empresas prósperas como a Grão-Pará. Comprou um prédio na rua Castilho, dos mais luxuosos de Lisboa, e estava a pensar fazer uma sociedade de investimentos, associada à Banca em que a posição da Grão-Pará, valeria "só" 600 mil contos.

Era uma sociedade próspera...*tê ao 25 de Abril.

A falência de tal prosperidade verifica-se após o 25 de Abril com a diminuição de hipóteses de continuar o lucro nas operações de bolsa e a diminuição das hipóteses de aproveitamento especulativo aumento de capital.

É assim que, logo na semana seguinte, dizem que a sociedade está falida.

Põem-se o problema da empresa ter falta de liquidez. A essa questão a comissão de trabalhadores responde:

A falta de liquidez surge de início, desde que as sociedades são constituídas, desde que são criados aumentos de capital fictícios, desde que a liquidez só entra mais tarde com os aumentos de capital de subscrição pública, em que se criaram situações falsas de valorização de empreendimentos.

Mas o conflito trabalhadores-administração não começa por aí, mas sim quando a Grão-Pará se lança no concurso para a construção de hospitais.

Tinha surgido um processo reivindicativo entre os desenhadors da empresa que vem pôr em causa as pretensões da administração quanto ao concurso. Para abafar a luta interna, despêdo um desenhador, que era também o presidente do sindicato dos técnicos de desenho, e contrata agentes da PIDE-DGS., para vigiar os trabalhadores. Mas se consegue abafar a situação, não consegue contudo sanar o conflito que fica latente. E surge o 25 de Abril.

Assiste-se dentro da Grão-Pará a várias lutas ao mesmo tempo: os operários faziam a deles, os empregados de escritório e o sector administrativo faziam outra e portanto não havia um processo conjunto.

Mas apesar de terem conseguido regalias de ordem salarial, não conseguem as comissões evitar a ameaça de falência por parte da administração.

Nessa altura diz a administração: "Isto depois do 25 de Abril, está mau. A sociedade está em falência, de modo que vamos cada um para o seu lado. As empresas são realidades jurídicas diferentes, de modo que não há que fazer misturas".

Pretendem com isso desagregar os trabalhadores, o que de certo modo conseguem. Chegou a administradora, Fernanda Pires da Silva, a propor aos trabalhadores uma manifestação a S.Bento...

A divisão dos trabalhadores é um facto que facilita as manobras por parte da administração.

Chega-se assim a Dezembro e a administradora, Fernanda Pires da Silva diz que não vai pagar o 13.º mês.

É neste momento que tudo se modifica. Os trabalhadores reagem ao não pagamento do 13.º mês e a Fernanda Pires da Silva tenta a fuga para o Brasil.

Avisámos o Copcon que detectou a senhora no aeroporto mas como só descobriu propaganda do CDS e isso não dava para impedir a saída ela acabou mesmo por partir.

Entretanto os trabalhadores recebem uma comunicação a dizer que em virtude de terem sido

ques, vai para Bruxelas. E no dia seguinte é a vez do Dr. Abel Pinheiro partir para Londres.

Entretanto, em assembleia de trabalhadores, convocada para discutir a situação é eleita uma comissão de trabalhadores, por enquanto só dos administrativos, que verifica a situação da empresa.

A comissão acaba por contactar que não há dinheiro para o 13.º mês, nem para os ordenados do fim do mês. Não há dinheiro para pagar os salários nas obras e só até 31-12 a Grão-Pará tinha 5 mil contos de obrigações para cumprir. A Caixa de Previdência não era paga desde Abril; o imposto profissional e a contribuição industrial não tinham sido pagos. O prédio na Rua Castilho estava em risco de se perder por uma execução hipotecária na Caixa real de Depósitos e o imóvel da rua Vitor Gordon estava em risco de ser penhorado por a contribuição industrial estar em fase de penhora.

A situação da empresa era francamente má. Tudo estava podre no reino da Dinamarca...

É nessa altura que o processo é desencadeado. A luta dos trabalhadores alarga-se a todas as frentes, na construção e indústria hoteleira.

São eleitas comissões de trabalhadores em todos os sectores da empresa. A coordenação é difícil, pois as empresas estão bastante afastadas umas das outras.

parte dos sectores, eles se mantêm em laboração sobretudo na construção e indústria hoteleira, isto é, os sectores produtivos da sociedade.

A nacionalização é a única medida possível numa empresa com as dimensões que esta tem. Apesar de ter 1.300 trabalhadores, esse número é insuficiente e por isso é possível alargar de imediato o número de trabalhadores, criar novos postos de trabalho e evitar que continue a pairar o risco de desemprego. Pode-se pôr a questão da gestão por parte do Estado, mas pergunta-se: Porquê? Em que termos? Para daqui a uns anos, quando isto já estiver bom a D.Fernanda Pires da Silva voltar cá outra vez? É evidente que esta posição nem sequer pode ser considerada.

Põe-se portanto a questão de haver gestão por parte dos trabalhadores. Bom isso da gestão por parte dos trabalhadores é outro problema que se levanta...

Mas segundo um comunicado dos trabalhadores, estes repudiam qualquer forma de cogestão ou autogestão. A comissão confirma e explica:

Isso foi estudado e chegou-se à conclusão que neste país a autogestão é muito bonita, mas neste momento, aqui e agora, só poderia redundar em prejuízo dos trabalhadores. Isto porque a empresa está muito ligada aos circuitos comerciais e as torneiras podem fechar-se, como já aconteceu em algumas unidades que neste momento continuam em laboração. Como as estruturas não foram alteradas, isso podia conduzir ao afundamento da situação dos trabalhadores.

Continua pág. 7



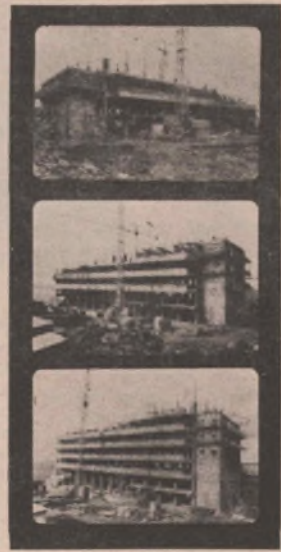
alugados dois andares e meio do prédio na Rua Castilho, era possível pagar 30% do 13.º mês.

Mas esses dois andares e meio, os trabalhadores sabiam que não podiam ter sido alugados, pois o contrato de arrendamento não estava feito e mesmo que estivesse, isso representava 250 contos o que nem por sombras dava para os 30%.

A resposta dos trabalhadores é clara:

Nós não queremos 30%. Queremos o 13.º mês como está previsto no CCT.

É a partir dessa altura que o homem de confiança da administradora, o adjunto da administração, José da Silva Mar-



Mas até se consegue coordenar a luta. E consegue-se avançar com uma posição que é a única forma de ir para a frente com o processo: é a nacionalização.

Pois, a nacionalização aparece efectivamente, como a única solução para a empresa. Os trabalhadores estão conscientes disso, e é por isso, que na maior



OCUPAÇÃO DE CASAS

OS MORADORES DA BOUÇA

Os moradores das ilhas da Rua da Bouça, Burgães, Peneda e Marques Marinho, reunidos em Assembleia de Moradores decidiram ocupar um prédio com 32 habitações, localizado na Rua do Melo junto à Tutoria, que se encontra abandonado e desabitado há mais de 10 anos.

Enquanto este prédio apodrece, nós moradores desta zona apodrecemos nas miseráveis habitações que temos.

Por isso esta nossa decisão é justa.

Apelamos à solidariedade de todo o povo trabalhador.

**LUTAMOS POR AQUILO A QUE TEMOS DIREITO
VIVA A JUSTIÇA DO POVO TRABALHADOR!
ABAIXO A JUSTIÇA DOS CAPITALISTAS!
ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA!**

A COMISSÃO DE MORADORES

A luta dos trabalhadores pela sua emancipação não se desenrola somente nas fábricas e nos campos, mas apresenta, por vezes, outras formas como, por exemplo, a luta pela conquista de melhores condições de habitação. É esta afinal a questão do alojamento, um dos mais característicos e insolúveis problemas em sociedade capitalista.

Esta questão foi mais uma vez denunciada pelos moradores das zonas da Bouça, Burgães, Peneda e Marques Marinho, no Porto, aquando da ocupação de prédios desabitados (há mais de dez anos).

— Esta luta é de todos nós; a causa é a mesma. Lutamos por aquilo que produzimos, pois foram os operários que construíram estas casas. Foi com a venda da nossa força de trabalho que se fez tudo isto. Por isso, não pedimos nada. Exigimos! Para já, temos de assegurar o que ocupamos, temos de estar preparados contra qualquer força repressiva, porque só sairemos daqui quando tivermos a garantia de casas decentes para todos nós.

Foram estas algumas das palavras proferidas durante uma reunião entre a COMISSÃO DE MORADORES PROVISÓRIA e os moradores à qual assistimos.

Logo após esta reunião foi concedida uma conferência de imprensa pela Comissão de Moradores Provisória, que passamos a transcrever.

P. — Quando e como surgiu a vossa luta?

R. — Numa Assembleia Geral de Moradores em Novembro, foram eleitos 8 elementos para uma Comissão de Moradores Provisória. Esta Comissão ficou encarregada de apresentar um caderno reivindicativo ao Fundo de Fomento de Habitação, que expunha as condições miseráveis em que viviam os moradores, produto desta sociedade de exploração do

homem pelo homem, exigindo casas decentes e dignas nos locais onde vivemos. Seguidamente, exigimos o contacto imediato do SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local) com a nossa Comissão de Moradores para resolver os nossos problemas. Já cá vieram brigadas técnicas do SAAL ver as casas e os terrenos anexos. Desde então, deu-se um grande salto. Ontem, dia 8 de Fevereiro fizemos uma Assembleia Geral de Moradores, onde abordámos o caso da ocupação dos prédios que estão desabitados há mais de dez anos. A Assembleia era composta por cerca de 170 moradores. Decidiu-se, por unanimidade, ocupar as casas.

Temos o direito de ocupar estas casas. Elas passarão a ser da classe trabalhadora, da classe oprimida e explorada.

P. — Como funciona a Comissão de Moradores?

R. — A Comissão de Moradores é independente de partidos. Nós estamos aqui como moradores, como operários que querem resolver os seus problemas.

É preciso que os moradores tenham confiança na CM, pois ela nada fará sem consultar a base. Todos os problemas serão discutidos em Assembleia Geral de Moradores. Já existem delegados de Bairro para que a nossa luta esteja cada vez mais organizada. A Comissão está a trabalhar para a criação de uma Associação de Moradores que deverá dar uma maior consciência colectiva a todos nós. Não devemos preocupar-nos com problemas individuais. A luta é de todos.

P. — Qual a posição da Câmara perante as ocupações?

R. — Neste momento os prédios que ocupamos estão debaixo da alçada do Ministério da Justiça. Já lutamos por uma habitação digna desde o 25 de Abril. Já estamos fartos de dialogar com os Ministros

e eles continuam sem nada decidir porque não querem resolver os nossos problemas. Se o Estado diz que se preocupa tanto connosco, porque razão não oferece os seus terrenos a quem vive em condições tão miseráveis? Por que razão vão as casas a concurso chegando a 2500\$00, como acontece com as da Santa Casa da Misericórdia? Organizações como esta tentam, acima de tudo, explorar-nos.

A Câmara fazia bons negócios com a expropriação dos terrenos: a indemnização aos donos destes era mínima, continuando a Câmara a receber as rendas dos moradores. Os moradores não confiam na Câmara. O seu Presidente e vários Vereadores têm tentado boicotar o avanço da luta com manobras provocatórias e divisionistas, caluniando a organização dos moradores. Temos de estar conscientes de que a burguesia só se interessa pelos seus problemas e nunca pelos nossos. Os moradores confiam no SAAL enquanto ele os apoiar porque, acima de tudo, devemos apenas confiar em nós próprios.

P. — Até este momento, tiveram contactos ou apoio de mais Bairros ou Comissões de Moradores?

R. — Já divulgamos a luta. Distribuímos tarjetas em Comissões de Bairros Operários. A Comissão de Moradores edita um jornal chamado "Alerta" que divulga a nossa luta e o problema da habitação em sociedade capitalista.

As Comissões de Moradores unem-se: isto quer dizer que as massas trabalhadoras sabem que a Luta é de todos contra a burguesia. Existe neste momento uma grande arma: a organização das Comissões e a realização de Assembleias Gerais de Moradores alargadas.

P. — Como tencionam dar continuidade à luta?

R. — O nosso objectivo não é ficar pela conquista destas casas, pois elas estão inacabadas e nós somos cerca de 600 para as 32 habitações que já ocupamos. Estas casas ficarão a pertencer à Associação de Moradores que somos todos nós, e o processo continuará até à conquista de casas decentes para todos. As casas estão a ser ocupadas colec-



tivamente pelas famílias mais necessitadas. Nós queremos continuar a habitar na nossa zona. Para que todos possam viver será necessário demolir as casas velhas e a construção de novas habitações será feita como nós queremos, regulamentada pela Associação de Moradores e não por qualquer entidade do Estado.

A nossa Associação terá como tarefa imediata a conquista das habitações para aqueles que produzem e trabalham. Depois, tratará do problema da saúde, criação de creches, escolas, etc.

P. — Qual a vossa posição em relação à resolução de problemas como este em sociedade capitalista?

R. — O problema da habitação não poderá ser resolvido nesta sociedade em que predominam a lei do lucro e da exploração do homem pelo homem.

Só no Porto existem 7000 ilhas. No entanto, acreditamos que, com a unidade de todos os moradores poderemos avançar com certas formas de luta que visem algumas conquistas que podemos alcançar. Para isso, devemos organizar-nos não só nesta futura Associação mas a nível nacional para obter a conquista de uma sociedade diferente, sendo essa sociedade o nosso objectivo final.



TRABALHADORES DA BIOLACTA EM LUTA

Os trabalhadores da Biolacta, fábrica do Yogurte Bom Dia, ocuparam a fábrica a partir do dia 13-2, como forma de luta contra o patrão "o multimilionário Rodrigues", reivindicando o cumprimento do ordenado mínimo estipulado pelo contracto colectivo de trabalho e contra manobras divisionistas da classe.

Entretanto o patrão tentou cortar o fornecimento de leite e de boiões aos trabalhadores. No entanto, a UCAL acei ta fornecer leite aos trabalhadores em luta para a fabricação dos yogurtes, e a CIVE, fábrica de boiões, encontra-se em conversação para decidir o fornecimento destes.

Por outro lado, o Rodrigues, leu da fábrica 100contos, pelo que os trabalhadores exigem o controle

da fábrica, ainda que sejam aceites as reivindicações. Enquanto estas não forem aceites, os trabalhadores continuarão a fabricar e a vender yogurtes para pagar os fornecedores e para pagar os salários dos trabalhadores.

Transcrevemos do "COMUNICADO" dos trabalhadores da Biolacta:

"...Desde Outém exigindo os salários mínimos legais, cujo pagamento lhes tem sido ARROGANTEMENTE NEGADO pelo multimilionário Rodrigues, sem justificação alguma, tanto mais que a exploração dos yogurtes continua a dar chorudos lucros ao patrão, como sempre tem acontecido, permitindo que a sua FORTUNA seja cada vez maior, à custa suor derramado pelos ex-

plorados trabalhadores, aos quais nega, à boa maneira fascista o salário mínimo legal.

Numa outra fábrica do mesmo multimilionário que desenvolve a mesma actividade, estão a ser pagos os salários mínimos legais, dando mesmo a alguns trabalhadores um ou dois contos "POR FORA" em atitudes divisionistas e de manifesta má fé."

"...Esgotados agora todos os meios pacíficos e não coercivos de fazerem cumprir a lei ao multimilionário Rodrigues, entendem os trabalhadores da fábrica de yogurtes "Bom Dia" que para realização da justiça se sentem obrigados a ocupar as instalações e a gerir a fábrica directamente".

A vitória será nossa.

SITUAÇÃO POLÍTICA EM ESPANHA

Continuação pág. 3

desorganizada e sem consciência plena da sua força. Para que exista uma alternativa real e democrática, fazem falta organizações democráticas, líderes conhecidos da opinião pública, quadros políticos e sindicais, bem como um programa de acção para o período de transição, capazes de mobilizarem as massas para uma saída pacífica da ditadura".

Esta declaração feita por Santiago Carrillo, em nome da Junta, não deixa margem para dúvidas. A classe trabalhadora espanhola, no actual momento político, não lhe fazem falta esses "líderes conhecidos da opinião pública" a que Carrillo se refere, pois através da sua luta contra o fascismo e contra o capitalismo esses líderes têm surgido e os quadros políticos e sindicais têm já sido formados pelos trabalhadores que, ao mesmo tempo, têm sido capazes de levar a cabo uma tarefa verdadeiramente revolucionária, sem necessidade de "personalidades" que se auto-denominem representantes do povo.

Santiago Carrillo há já muitos anos que esqueceu o que significa a Revolução. Enquanto que os operários espanhóis lutavam contra a ditadura, eram mortos, presos aos milhares, torturados e perseguidos de forma brutal, ele passeava pela Europa mendigando negociações com o Governo Espanhol, sem dignidade, sem pudor e emprobecendo o trabalho de milhares de militantes do Partido Comunista Espanhol. Mais tarde, dedicou-se com fúria a atacar os grupos revolucionários espanhóis, sendo uma das suas atitudes, em relação à execução de Carrero, a seguinte: "Essa não é a forma de fazer a Revolução".

Não contente com isto, pretende aliar-se com o poder capitalista para, através da sua posição no Partido, ser o muro de contenção de que necessita o aparelho repressivo perante a impotência do sistema policial em neutralizar a luta dos trabalhadores, os quais há já algum tempo conseguiram anular a eficácia de qualquer tipo de controle que sobre eles se tente exercer, o que evidencia com clareza não necessitarem de "líderes públicos" para a luta contra a exploração.

A LUTA DA CLASSE OPERÁRIA

É este o motivo pelo qual os porta vozes oficiais e extra oficiais espanhóis querem fazer crer à opinião pública internacional que a campanha de luta, principalmente através de greves, que os trabalhadores espanhóis levaram a cabo durante o ano passado e que este ano continua, são unicamente lutas reivindicativas. Não é este o caso; pelo contrário, a classe

operária espanhola está na fase da luta anti-imperialista, não admitindo concessões nem reivindicando melhores condições, antes exigindo, como direito seu, o acesso à administração. Eis uma passagem do Conselho de Trabalhadores de Barcelona:

"Como objectivo básico e fundamental, os trabalhadores devem ser parte integrante da Empresa, das suas decisões, gestão e resultados.

Não devemos vender o nosso trabalho, o que pretendemos é que se reconheça o valor do nosso esforço como meio indispensável lógico pela nossa intervenção no trabalho. Reclamamos o direito à informação, consulta, responsabilidade no funcionamento da empresa e participação nos seus resultados económicos. Trata-se da justa compensação para um esforço comum e responsabilidade comunitária".

A greve geral no País Basco, que levou à paralização de mais de 200 000 trabalhadores em Dezembro de 74, não foi de modo algum devida a petições reivindicativas — foi uma greve de apoio às petições de amnistia para os presos políticos.

A luta do proletariado espanhol é hoje uma luta com uma só frente, de militantes e operários sem vanguardas que queiram dirigir a luta em direcção a presupostos intelectuais; o operário espanhol sabe que o seu maior inimigo não é o fascismo, sabe que a luta não acabará com a instauração duma Junta Democrática, sabe que terá que continuar a lutar até que o imperialismo tenha desaparecido e que, só então, e não antes, será um homem livre.

Mas, do que o operário espanhol talvez não se aperceba claramente, é que não basta acabar com o imperialismo em Espanha. Nada estará seguro em qualquer parte do mundo, enquanto o capitalismo estiver instalado seja onde for. Para a luta revolucionária não devem existir fronteiras, pois também não existem para o imperialismo. Existem já exemplos suficientes (Aléria Latina, Ásia, Médio Oriente), de que a intervenção do imperialismo por meios violentos não se detem com boas palavras. É necessário estar alerta e unidos, é necessário que seja o povo a proteger-se a si mesmo, caso contrário reprimi-lo-ão brutalmente para o explorarem, ultrapassando para isso todos os direitos. E uma solução política burguesa responderá apenas a interesses burgueses, os quais não são os do povo.

ALGUMAS QUESTÕES NO CAMINHO PARA O SOCIALISMO

Não devemos procurar o nosso caminho para o socialismo em mo-

delos europeus, porque não existem e porque a democracia europeia não é possível nem em Espanha nem em Portugal. Tal como muitos países subdesenvolvidos da África e da América Latina, Espanha e Portugal encontravam-se em poder dos capitalistas europeus e americanos, os quais nunca permitirão que se lhes acabem as suas fontes de lucro e mão-de-obra barata (pelo menos pacificamente isso nunca será possível). Já que o inimigo é comum e poderoso, é importante que seja efectiva a união, pelo que há que lutar, e já, pela união de todos os povos explorados.

Mas há outra questão no problema espanhol, com a qual o Governo se enfrenta: pacificamente diferentes etnias, com culturas próprias bem diferenciadas, com idiomas, costumes e histórias próprias, que Franco não só ignorou como tem tentado destruir por todos os meios.

Perante esta questão existem duas posições bem distintas. Na Catalunha e Euzkadi (País Basco), a burguesia proprietária do capital e da indústria tenta estabelecer correntes pró-independência, com sólidas teorias nacionalistas que lhe proporcionem uma independência económica sem relação com a Administração Nacional. Acontece que a população que trabalha na indústria catalã e basca é na sua grande maioria (cerca de 75%) proveniente das regiões mais pobres de Espanha (Estremadura e Andaluzia, principalmente).

Esta corrente nacionalista, patrocinada pelo capital catalão e basco, tem como objectivo conseguir uma autodeterminação

sobretudo em relação ao poder económico, o que colocaria estes 75% da população trabalhadora na situação de mão-de-obra estrangeira, o que, de resto, já ocorreu nos primeiros anos da emigração interna, com a consequente discriminação e exploração que o capital traria de impôr. Esta burguesia, católica e conservadora, contou com o apoio popular nos primeiros anos que se seguiram ao fim da Guerra civil. Este apoio justificava-se, pelo facto do Governo franquista ter tentado exterminar violentamente as culturas basca e catalã, o que contribuiu para consolidar um sentimento nacionalista na Catalunha e Euzkadi. Este sentimento tomou grande dimensão nos primeiros anos de emigração massiva (Sul/Norte) das regiões mais empobrecidas. Mas, com o decorrer do tempo, foi-se verificando que os problemas da população emigrada eram comuns com os das populações nativas, e o sentimento nacionalista foi dando, pouco a pouco, lugar à consciência de classe, ainda que sem perder de vista a manutenção da própria consciência do povo "não espanhol".

Assim, em 1958, de uma cisão do P. N. V. (Partido Nacionalista Basco) nasceu a E. T. A. (Euzkadi Ta Azkatzuna — País Basco e Liberdade). O P. N. V., que era dirigido de Paris, afirmava até esta data representar o Povo Basco, defendendo contudo unicamente os interesses da classe capitalista.

O trabalho da E. T. A. a partir de então é fazer desaparecer, pouco a pouco, o sentimento discriminatório da população trabalhadora para com os emigrantes e desenvolver uma luta no sentido

de estabelecer interesses comuns contra o capital basco, espanhol ou multinacional.

Em dez anos de luta, primeiro de consciencialização política e, desde 1965, através da luta armada, tem-se conseguido no País Basco a consolidação total da classe trabalhadora com um objectivo comum — derrubar o poder capitalista para o substituir por um sistema socialista de base.

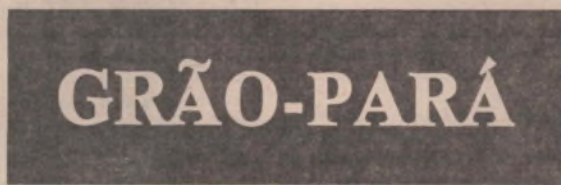
No actual momento, o poder da classe trabalhadora do País Basco, já superou o das forças repressivas, e só com uma acção militar de grande envergadura seria possível detê-lo. Consciente disto, a extrema direita espanhola acusa o Governo Arias de ser pouco enérgico, organizando-se e tomando posições para uma eventual tomada do poder por um golpe de força. A instauração de um Governo para-militar acarreta uma possível demissão do Governo Arias.

As Forças Armadas em Espanha são absolutamente desconhecidas para a opinião pública, pelo que é difícil saber qual dos seus sectores detém neste momento a força, sendo portanto impossível prever a curto prazo a alternativa de um golpe de extrema direita.

A solução da Junta Democrática poderia conter durante algum tempo o avanço da luta operária em certos sectores, mas revelar-se-ia finalmente como uma solução para a alta burguesia, e não para a classe trabalhadora.

Seja como for, a crise no seio do Estado Espanhol está criada e a consciência política do povo já não poderá ser aniquilada por nenhum poder repressivo.

Um militante espanhol



Continuação pág. 4

No seguimento da conversa várias hipóteses se põem: comissão administrativa, administração corresponsabilidade dos trabalhadores e da confiança deles ou uma administração de trabalhadores e, portanto, da confiança e nomeada por eles. Mas tudo isto estará dependente das alterações que o sistema de produção, consequentemente as relações de produção, sofrerem em Portugal. Para já há problemas permentes que se põem aos 1.300 trabalhadores da Grão-Pará.

O dinheiro que já cá devia estar para pagamento do mês de Janeiro ainda não veio. As perspectivas

O Estado tem aqui "enterrados" 600 mil contos e é natural que os queira salvar.

As perspectivas neste momento são estas: a Comissão de Inquérito poporá as suas medidas ao Governo não são boas. Sabemos que oficialmente o problema está a ser estudado, mas estudar o problema não chega. Está nomeada uma comissão de inquérito, para aplicação do Decreto -lei 660, que é o que prevê a intervenção do Estado, mas quando devia ter acabado no dia 23 de Janeiro pediu a prorrogação do prazo até 10 de Fevereiro.

verno, o Governo aceitará ou não,

essas medidas serão eficazes ou não, o que é outra posição a ver...

Como em muitas outras empresas, a Grão-Pará está agora dependente das conclusões da Comissão de Inquérito. E sobretudo, os 1.300 trabalhadores, que como muitos outros milhares, não pedem mais do que trabalhar.

Só que precisam de um mínimo de apoio, porque nem o cimento nem os outros materiais se compram na loja da esquina. Estão noutras empresas onde outros trabalhadores, devido à situação económica do país, correm o risco de se verem no desemprego ou à beira dele.

Por isso não pode haver meias soluções, tapa-buracos, na tentativa de salvação do capital. E as soluções que se impõem, têm que ser conquistadas por todos os trabalhadores porque ninguém o fará por eles e muito menos em seu nome.

Revolução

Concepção e Impressão - Membro B.C. - Diário - Internacional

EDITORIAL

No final de Janeiro grandes dúvidas pairavam ainda para quem pensasse em determinados dados do momento político. Alguns interrogavam-se sobre a força e a combatividade da classe operária, que, pelo menos na região da grande Lisboa se mostrava mais calma do que fazia prever a análise socio-económica feita em finais de 74. Para alguns pessimistas levantavam-se terríveis fantasmas que mostravam de longe o aspecto do "empalmanço", da situação pelo reformismo. Muitos diziam, à direita e à esquerda que, perante a instabilidade da situação, o reformismo burocrático tomaria conta do poder.

Por outro lado, outras dúvidas se levantavam quanto à forma como a direita iria actuar. A NATO, pairava com os seus "navios dentro da cidade" como um jornalista lhes chamou.

No entanto, os últimos dias esclareceram muitas ambiguidades e puseram a claro muitas situações. Quando há oito dias analisávamos o "Momento Político" punhamos em cima da mesa todos estes dados e tentávamos desenrolar a meada. Hoje muita coisa está esclarecida.

Ultrapassado o período de instabilidade governamental, uma coisa é certa — a crise não foi sanada. Acalmaram-se apenas os O PC perdeu durante estas últimas semanas a derradeira oportunidade de acompanhar o movimento revolucionário. No oportunidade de acompanhar o movimento revolucionário. No entanto, quem analisasse de antemão o significado, o enquadramento e a actuação daquela organização política saberia que era impossível o seu empenho num processo revolucionário.

A verdade é que a partir da manifestação contra o congresso do CDS no Porto, as várias organizações mostraram a sua face e os factos desenrolaram-se com surpresa para muitos, mas com lógica para outros.

Perante a confraternização entre manifestantes e soldados no Porto os reformistas caíram no ridículo de voltar a falar em "evitar confronto entre população e forças armadas". Pois este ridículo amplamente verificado, ao contrário de lhes servir de lição, não só se repetiu como se agravou a propósito da manifestação do 7 de Fevereiro contra o desemprego.

Não é uma invenção, mas uma realidade documentada a leitura do comunicado da União dos Sindicatos do Sul através do Rádio Clube Português de meia em meia hora, chamando a manifestação de nova maioria silenciosa dizendo que era convocada por anónimos e apeando para que os trabalhadores não comparecessem. Não é uma invenção, mas uma realidade as declarações do senhor representante do PCP na TV e do senhor representante do MDP nos jornais, tão boas ou tão más como o comunicado da União dos Sindicatos do Sul.

Pois bem, contra tudo isto, contra a proibição, os trabalhadores manifestaram-se (em número de 80.000 diz o insuspeito Diário de Lisboa), mostraram a maior disciplina e falaram não só contra o desemprego mas contra o capitalismo.

Tão importante como isso, por mais que os senhores reformistas tapem os olhos e os ouvidos foi o que se viu e ouviu da parte das Forças Armadas. Pelo mesmo RCP que emite para os ouvidos reformistas e revolucionários ouvimos a reportagem da manifestação, onde as forças da Polícia Aérea que aí estavam diziam

que a sua presença era para garantir a liberdade de expressão dos cidadãos. E ninguém pode também apagar a imagem de todos os soldados que em frente do Ministério do Trabalho voltaram as armas para o chão, puseram-se de frente para o Ministério, ergueram o punho, disseram "Viva a classe operária" e abraçaram emocionados alguns manifestantes.

Nesse dia algo de muito importante aconteceu na história portuguesa. A imprescindível aliança entre os trabalhadores, as organizações revolucionárias e os soldados teve a sua expressão concreta nas ruas de Lisboa. E isto contra todos os esforços do aparelho reformista, que é o mais mistificador, porque se reclama da classe operária.

Também não pode ser apagado da história que quem proibiu a manifestação foi o Governador Civil de Lisboa, membro da direcção do MDP-CDE e que mais nenhuma entidade ou autoridade acompanhou essa proibição. O COPCON, o MFA, não acompanharam o sr. Governador Civil de Lisboa.

E quando os caluniadores reformistas perguntam quem está por trás destas manifestações, quem as manobra, suscitam que se pergunte quem é que manobra os senhores do MDP-CDE, incluindo o Sr. Governador Civil de Lisboa, que tanto falaram perante a Pide nos tempos do fascismo, denunciando os seus camaradas, e que tão valentes são agora perante as forças revolucionárias, quando se julgam com o poder na mão, porque têm meia dúzia de disponibilidades burocráticas!

Mas o poder político, o poder político onde está? No PPD, no PS, no PC, em todos juntos, odiando-se e combatendo-se?

Um novo poder nasce na "rua", como dizem os temerosos reaccionários — o poder revolucionário. E a história e os trabalhadores terão que pedir contas a estes senhores que caluniam e insultam. E uma coisa é certa — a calúnia e o insulto vão-se agravar à medida que se aproximam os momentos revolucionários e à medida também que as organizações reformistas perdem terreno e se desmembram. É necessário agora que os trabalhadores e as organizações revolucionárias denunciem duramente aqueles que se transformarão em contra-revolucionários. O MDP-CDE é o caixote do lixo onde o PC despejou todos aqueles que falaram na polícia no tempo do fascismo e é por isso a organização onde se encontram os activistas capazes de fazerem todos os fretes. As outras organizações satélites do PC, que nos últimos dias e em face dos acontecimentos têm andado estonteadas, terão que escolher de que lado estão — do lado da revolução ou do lado da contra-revolução.

Porque outros há que já marcaram a data — 12 de Abril. De quê? Da contra-revolução. Vão-se embora os barcos da NATO e a direita espera. Espera simplesmente o dia 12 de Abril para as eleições e impor pela força constitucional o que bem quiser. A direita antecipou-se e marcou o dia para pôr do seu lado a força da lei, que se dá de direita.

Em face disto há dois campos — os revolucionários e os contra-revolucionários. E aqueles que de tanto combateram os revolucionários se tornam objectivamente contra-revolucionários. Mais uma vez a história.

A LUTA PELA TERRA NAS QUEBRADAS

A Quinta do Carrascal, nas Quebradas, pertencente a um grande latifundiário, foi desbravada e cultivada durante mais de trinta anos, por duzentos camponeses, que tinham na terra o seu único instrumento de trabalho e sobrevivência.

Em 1970, após várias manobras tendentes a confundir os camponeses, o latifundiário tentou uma acção de despejo contra os rendeiros, sendo estes duzentos camponeses chefes de família desalojados pelos tribunais fascistas, que apenas serviam os capitalistas e latifundiários, ficando sem as terras, e vendo-as ficar abandonadas durante o ano.

No ano seguinte as terras foram cultivadas pelo latifundiário, sendo posteriormente arrendadas a dois grandes proprietários, que têm explorado a força de trabalho dos ex-rendeiros.

Depois do 25 de Abril, os camponeses organizaram-se no sentido de reaver as suas terras, mas só têm encontrado entaves postos pela burocracia e o reformismo.

Os trabalhadores que sabem que a terra que lhes pertence e que neste momento se encontram em mãos alheias, devem utilizar todos os processos para reaver o que lhes foi roubado.

É preciso que os trabalhadores de Quebradas, se organizem, que ganhem força e unidade na luta para responder às ofensivas capitalistas, para garantirem o seu direito à terra, que trabalham.

VALDÁGUA - OCUPAÇÃO DE TERRAS

Os trabalhadores há três semanas que trabalham e ainda não receberam ordenado. Foram contactados pelo sindicato dos Trabalhadores Rurais do Sul, que prometeu que lhes era assegurado o ordenado.

A "Comissão de Melhoramentos" está a travar novas lutas para arranjar trabalho para as mulheres, e pensam ocupar outras propriedades: o Molho do Pego, Matinha e Pego Longo.

A "Comissão de Melhoramentos" tenta arranjar trabalho para os de-

Quarenta trabalhadores no desemprego, criaram uma "Comissão de Melhoramentos", ocuparam um latifúndio chamado "Vale de Ouros de Cima", de José Francisco Classe Romano, morador em Castro Verde, que fica a cerca de 100Kms da propriedade.

Como entretanto os trabalhadores começassem a roçar o mato limpando a propriedade, o dono apareceu, dizendo que não queria pessoal e que não lhes pagava.

sempregados, construir uma estrada para a aldeia, instalar luz, água e telefone.

Para assim arranjar dinheiro.

A "Comissão de Melhoramentos" tenta arranjar trabalho para os desempregados, construir uma estrada para a aldeia, instalar luz, água e telefone.

A Câmara Municipal prometeu que financiaria estes trabalhos, estando neste momento já começada uma estrada, onde trabalham desempregados de Valdágua.

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
 MORADA
 LOCALIDADE
 PROFISSÃO
 ASSINATURA: Semestral — 60000
 Anual — 120000
 PAGAMENTO: Em cheque
 Em Vale

APARTADO 4117-LIS.-4